



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

05

Processo : 13805.001018/93-04

Sessão : 18 de agosto de 1998

Recurso : 96.472

Recorrente : JOSÉ CARLOS SARTORI

Recorrida : DRJ em São Paulo - SP

**DILIGÊNCIA N° 203-00.702**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
JOSÉ CARLOS SARTORI.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto do Relator.**

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1998

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

Francisco Mauricio R. de Albuquerque Silva  
**Relator**

Eaai/fclb



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13805.001018/93-04

Diligência : 203-00.702

Recurso : 96.472

Recorrente : JOSÉ CARLOS SARTORI

## RELATÓRIO

Às fls. 13/14 Decisão singular nº EQPTD 1257/93, julgando a Impugnação (fls. 01/05) improcedente, sob o fundamento de que a impossibilidade de acesso de veículos ao imóvel denominado Fazenda Selva, com 26.139,0ha, localizado no Município de Juara - MT, com Notificação de Pagamento de fls. 06, para o ITR/92 e Contribuições, e de que está o mesmo em débito com os exercícios de 1989 e 1990, não servem de argumento para fins de isenção/redução do Imposto e aduzindo que o lançamento fôr efetuado com base em declaração prestada pelo Contribuinte e conforme legislação em vigor.

Às fls. 15/20, inconformado, submete Recurso Voluntário, alegando que o imóvel rural objeto do litígio está localizado no perímetro da Amazônia Legal a aproximadamente 150 km da sede do Município e a 450 km de Cuiabá, sendo difícil o acesso. Mesmo assim, esperançoso de que seja concluída a estrada federal ligando Alta Floresta a Juara, iniciou a formação de 968 ha de pastagens, para somar aos 121 ha anteriormente formados.

Diz que para o exercício de 1992 foi lançado o ITR de Cr\$ 80.142.334,00, equivalente a CR\$80.142,33, tendo sido impugnado com solicitação de redução do valor tributado, porque divergente da declaração e por ser o imóvel localizado em reserva legal de 50% e, ainda, pelas benfeitorias declaradas. Alega que o Julgador monocrático diz não ter sido incluída na apuração do imposto a parte de reserva legal, com o que concorda. Entretanto, diz que as demais razões para a redução não foram acolhidas, que são o VTN declarado por Cr\$41.040.550,00 tendo sido aumentado para Cr\$1.306.950.000,00, que corresponde a 32 vezes mais e as BENFEITORIAS DECLARADAS, que não podem ser consideradas em face de débitos com exercícios anteriores de 1989 de 1990 o que é, segundo ele, um equívoco, posto que o simples retardo do recolhimento do imposto não pode ser levado à responsabilidade do Contribuinte. Diz ter sido emitido um só lançamento para três exercícios, os dois citados mais o de 1991, que foi emitido em 15.05.92, com vencimento para 30.06.92, por ele recebido em 30.07.92, tendo sido impugnado conforme Protocolo 13.805.000722/92-70 (fls. 21), e até outubro de 1993, data do Recurso, sem julgamento. Assim sendo, alega não poder ser prejudicado pelo atraso na prolação de decisões e, consequentemente, que faz jus à redução pelas benfeitorias e à redução do VTN.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

07

Processo : 13805.001018/93-04

Diligência : 203-00.702

Na Sessão de 21.09.94, foi convertido o julgamento do Recurso em diligência em razão de ter a Ilustre Relatora, de então, Dra. Maria Thereza Vasconcellos de Almeida, entendido ser necessário o retorno dos autos para pronunciamento sobre as impugnações relativas aos exercícios anteriores; se os dados cadastrais, entregues na data prevista, foram levados em conta nos lançamentos vindos após e quais os critérios atinentes ao VTN considerados exagerados pelo Contribuinte.

Nesse passo, a Superintendência Regional do INCRA/SP (fls. 47/48), Divisão de Cadastro, dirigiu-se ao INCRA/MT por ter efetuado o lançamento, tendo o mesmo concluído ter sido do tipo especial para os exercícios de 89/90/91. Que analisando as informações, contidas no sistema ITR *on line* pode-se observar que foi informado estarem sem pagamento os exercícios de 89/90 e quanto ao exercício de 91 o mesmo não encontra-se cadastrado, inexistindo para o imóvel, havendo incongruência de informações. Assim sendo, propôs o encaminhamento do processo a Superintendência Regional do INCRA/SP, em caráter de URGÊNCIA, para esclarecer se o ITR/91 refere-se ou não aos exercícios de 89, 90 e 91, se não qual exercício, e como explicar os débitos de 89 e 90, inscritos no sistema *on line*, como se devidos fossem e se eles foram realmente lançados juntamente com o ITR/91, porque tem datas de vencimentos e números de referência distintos, e finalmente qual a relação entre os cadastros nºs 900199.116106-0 e 901075.035831-2 ?

Em resposta, às fls. 62/63, diz um documento que o cadastro 901075.035831-2 encontra-se cancelado a partir de 1990, sendo que a guia referente ao exercício de 1989 fora retirada pela fiscalização e quanto ao cadastro 900199.116106-0 é referente a remanescente da área de 26.139 ha do primeiro cadastro, que fora excluída do segundo, equivalente a 6.196 ha com matrícula 12.382, sendo em função de mudança de Município, a área remanescente recebeu esse último cadastro. E finaliza solicitando a remessa do processo para uma especializada denominada C-3, pelo fato de ter havido retenção da guia de 1989 do último cadastro, para que preste informações complementares que possam melhor instruir a diligência, com base nos Processos nºs 858/89, em nome do requerente, e 881/89, para verificar se o segundo processo refere-se também a área em questão.

O Chefe Substituto, da SR/13/C-3, diz (fls. 64) que com relação ao Processo 858/89 informa ter sido encaminhado pela DP código 901075.035.831 à DC através da CI 92/89 de 24.11.89 e, o encaminhamento da DP código 901.199116335-5 à DC através da CI 98/89 de 15.12.89, ambos os códigos para processamento e inclusão no Pagamento Especial de 1989 e que o Processo nº 881/89 é de outro proprietário.

Novamente convertido em diligência o Processo (fls. 68), em Sessão de 23.04.96, na conformidade do Voto do Ilustre Relator, de então, Conselheiro Sérgio Afanassieff,



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13805.001018/93-04

Diligência : 203-00.702

que foi para esclarecimento sobre o Processo 881/89, haja vista que às fls. 60 em fotocópia não muito nítida, nota-se que o número poderá ser 884/89.

A partir daí, às fls. 78/79, vem despacho dizendo que após concluídas as pesquisas e buscas nos acervos da SR-13, conclui-se que o Processo nº 41.350/00881/89 está vinculado ao nome de José Cesário de Castilho, não tendo relação com o Processo 41.350/00858/89, que encontra-se na carga da SR-13-C desde 22.01.92, porém sem ter sido localizado.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13805.001018/93-04

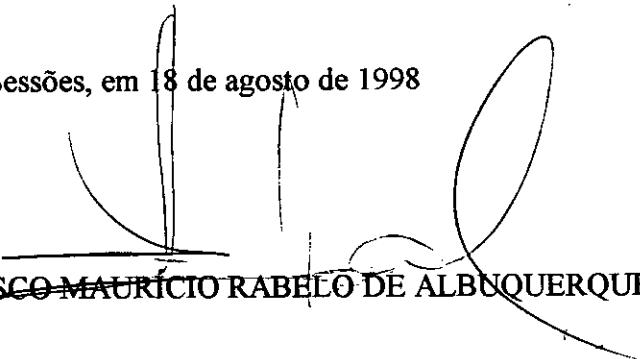
Diligência : 203-00.702

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR**  
**FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA**

Pela segunda vez retornando de Diligência, verifico que, em nenhuma das duas ficou esclarecido se os dados cadastrais entregues, na data prevista, foram levados em conta nos lançamentos vindos após e quais os critérios adotados para a apuração do VTN, constante dos itens b) e c) do VOTO de fls. 35.

Assim sendo, voto pela conversão do julgamento em DILIGÊNCIA , para que seja anexado o andamento atual do Processo nº 13.805.000722/92-79.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1998

  
FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA